

**TEORIA DOS PROTÓTIPOS,
CATEGORIA E SENTIDO LEXICAL**

Paulo Henrique Duque (FAA)

SEGUNDA PARTE

7. A VERSÃO PADRÃO DA TEORIA DOS PROTÓTIPOS

Na versão padrão, formulada por E. Rosch e seu grupo, no início dos anos 70, o protótipo é considerado o exemplar mais adequado, o melhor representante ou caso central de uma categoria. Posteriormente, passa a ser definido como o exemplar idóneo comumente associado a uma categoria. Assim, os aspectos graduais de proximidade ao protótipo dentro da categoria passam a ser definidos pela frequência de uso ou atribuição entre os sujeitos (forma estatística):

O estatuto de protótipo é vinculado à versão padrão somente sobre a base de uma elevada frequência, única garantia da estabilidade inter-individual necessária para a sua pertinência. (KLEIBER, 1995:49)

Esse ponto é crucial por desprezar a forma analítica do modelo CNS em relação ao âmbito social. Não se trata de estabelecer categorias verdadeiras, mas sim, de compreender os mecanismos psíquicos reais pelos quais estabelecemos as categorias. Do ponto de vista do modelo de categorização CNS, uma *baleia* é tão mamífera quanto uma *vaca*, mas, de acordo com o enfoque adotado pela TP, baseado no modelo experiencial, uma *baleia* estaria muito distante do protótipo de mamífero. Ao oferecer uma categoria dispersa e variável em sua distância em relação ao protótipo central (não equidistante, como no modelo CNS), são introduzidos novos fatores de organização. Essas propostas contêm uma dupla concepção de categoria e de categorização, pois marcam, de um lado, a estruturação interna das categorias (a dimensão horizontal) e, de outro lado, estabelecem quais são as grandes linhas da estruturação intercategorial (dimensão vertical).

Para Rosch, o protótipo atua como ponto de referência cognitiva (*cognitive reference point*) para os processos de classificação dos elementos de nossa experiência. Os experimentos de verificação dos prototípicos derivados do modelo permitiram que se chegasse às seguintes conclusões:

a) Os membros prototípicos são categorizados mais rapidamente que os membros não-prototípicos;

b) Os membros prototípicos são os que as crianças aprendem primeiro;

c) Os membros prototípicos são os primeiros mencionados, quando solicitamos aos falantes que listem todos os membros de uma categoria;

d) Os protótipos servem de ponto de referência cognitiva. Por exemplo, *uma elipse é quase um círculo*, em que *círculo* é tomado como referência;

e) Geralmente, quando o que se pede é a enumeração dos primeiros membros de uma categoria, os protótipos aparecem mencionados em primeiro lugar.

A partir dos estudos de B. Berlin sobre as taxonomias populares, Rosh *et alii* estabelecem a existência de uma dimensão horizontal, ou seja, uma organização intercategoriaal hierárquica. Sua proposta reduz o número de níveis, dentro das categorias, de cinco (Berlin) a três:

- Nível supra-ordenado
- Nível de base
- Nível subordinado

Ao se estabelecer esta hierarquia, determinava-se um nível privilegiado dentro da categoria: o nível de base. Por exemplo:

UPRAORDENADO	arma	fruta	móvel
NÍVEL BÁSICO	arma de fogo	maçã	cadeira
NÍVELSUBORDINADO	revólver	maçã argentina	poltrona

As pessoas utilizam esta hierarquia para representar, mentalmente, as relações de inclusão de classes entre as categorias (*cadeira* dentro da categoria *móveis*). O nível básico é aquele em que os conceitos têm maior número de atributos distintivos e é o mais econômico cognitivamente (há menos partilha de atributos de conceito).

Alguns estudos fundamentam esses dados: Rosch (1976) pediu a alguns falantes que listassem todos os atributos de itens em cada um dos três níveis existentes dentro de uma hierarquia (ex. *móveis – poltronas – espreguiçadeiras*). Descobriu que poucos atributos foram listados para as categorias supra-ordenadas (como *móveis*) e muitos atributos foram listados para as categorias nos outros dois níveis. No nível inferior, atributos muito semelhantes foram listados para as diferentes categorias.

As categorias de nível intermediário (ou básico) (ex. *cadeira*) salientaram-se por um equilíbrio entre a informatividade (número de atributos de um conceito) e a economia (resumo dos atributos importantes que distingue as categorias entre si). Ou seja, no nível superior, sacrifica-se a informatividade e, no nível inferior, sacrifica-se a economia.

Kleiber (1995) resume assim as características do nível básico, assinalando que elas são prioritárias em três planos:

- No *plano perceptivo*, por meio da sensação de uma forma global semelhante, como a representação por meio de uma simples imagem mental de toda a categoria e de uma identificação rápida;

- No *plano funcional*, por meio de um programa motor geral semelhante;

- E, no *plano comunicativo*, através do emprego de palavras que, de um lado são as mais curtas, as mais comumente empregadas e utilizadas nos contextos neutros e, de outro lado, são as que as crianças aprendem primeiro e as primeiras que entram no léxico de uma língua.

O nível básico é um nível bastante informativo, já que tem um grande número de atributos comuns. *Animal* (nível supra-ordenado) oferece menos informação que *cachorro* (nível básico), enquanto que *boxer* (nível subordinado) oferece um aumento de informação complementar, mas, às custas de uma maior carga mental de classificação.

A Teoria dos Protótipos e seus princípios, aponta Kleiber, possui um amplo campo de aplicação, pois, não só domina toda a semântica léxica, mas também, é aplicável a todo fenômeno que im-

plique uma categorização. Há diferentes campos nos quais pode ser aplicado o conceito de protótipo: gramática cognitiva, fonética, morfo-fonologia, sintaxe etc.

No entanto, a versão padrão da Teoria dos Protótipos possui problemas tão sérios quanto os do modelo das CNS, que só têm solução na transformação da teoria padrão em versão prototípica ampliada, sustentada firmemente pelo conceito de *semelhança de família*.

Se se aplica, por exemplo, a noção de protótipo à própria idéia de *protótipo*, tem-se uma evidência de que nem todos os conceitos têm características de protótipo, nomeadamente no caso de conceitos abstratos como *uma regra* ou *uma crença*, pois é impossível especificar o conjunto completo de regras ou crenças possíveis. Contudo, não se deve negar os valores dessa teoria, mas sim, moderar os efeitos e aplicações do conceito de protótipo. O êxito da teoria é possível com a sua aplicação em campos favoráveis, como em setores dos fenômenos de percepção, em termos de espécies naturais, no âmbito dos artefatos etc.

Uma crítica mais profunda é a que afeta o problema da pertinência às categorias. Kleiber (1995) assinala que o efeito produzido pela introdução do conceito de limite difuso não é uma solução para todos os problemas: 1) A Teoria do Limite Difuso não consegue explicar por que casos não-prototípicos se encontram, com frequência, categorizados; 2) a existência das categorias não está submetida à discussão pela prototipicidade; 3) casos não prototípicos não correspondem necessariamente a uma situação de aplicabilidade referencial flutuante. Kleiber utiliza o exemplo dos números ímpares de S. L. Armstrong, L. Gleitman e H. Gleitman (1983), reinterpretado por Lakoff (1986 e 1987):

Os testes psicológicos estabelecem que os números ímpares, do um ao nove, constituem idôneos representantes do conceito de número ímpar. Esta prototipicidade, contudo, não implica o limite difuso; o conceito possui uma definição muito precisa (número não divisível por dois) o qual proporciona uma aplicabilidade referencial desprovida de toda flutuação. (KLEIBER, 1995:136)

Kleiber assinala que uma semântica que use traços discretos não está derrotada pela aparição de uma semântica de protótipos. O fato de que existam, na realidade, elementos dificilmente categorizá-

veis não deve levar a crer que isso se deva ao limite difuso das categorias:

Um erro que não devemos cometer, acredito eu, é vincular a descontinuidade categorial a uma descontinuidade semelhante ao real. Nós nos equivocáramos se pensássemos que a definição de um termo só pode ser precisa com a condição de que os elementos da realidade o sejam também, ou seja, estejam de acordo. Devemos raciocinar da seguinte maneira: existem coisas que não entram nas categorias léxicas. Porém não é essa a causa de as categorias léxicas serem difusas. Além do limite difuso inscrito no próprio conceito (...), provém, também, da defasagem entre a realidade e as categorias descontínuas (...). É importante se dar conta de que, ao se dizer, de algum modo, que *tudo não é alguma coisa*, diz-se que tudo não se coloca sob uma e outra categoria lexical. (KLEIBER, 1995: 137-138)

8. A VERSÃO AMPLIADA DOS PROTÓTIPOS

Os problemas apresentados pela Teoria dos Protótipos levaram seus formuladores a modificá-la. Contudo, o modelo de difusão da teoria continua sendo, de forma majoritária, a versão padrão. Isso acontece porque a denominada versão ampliada não representa uma simples revisão, mas sim, uma ruptura com o modelo teórico anterior, ou seja, as mudanças são tão profundas que permitem a escolha de uma das formulações. A primeira idéia modificada é a de *protótipo*:

A noção de protótipo como exemplar idóneo de uma categoria permanece, mas, como já não tem uma origem única e pode aparecer inclusive nas categorias clássicas (numero ímpar) já não possui o estatuto de entidade fundadora da estrutura categorial, que a versão padrão lhe havia atribuído. Ao possuir várias origens, não é considerada, se não como um efeito. Isso leva os auto-revisores (E. Rosh 1978) a falarem mais de graus de prototipicidade do que de protótipo. (KLEIBER, 1995:144)

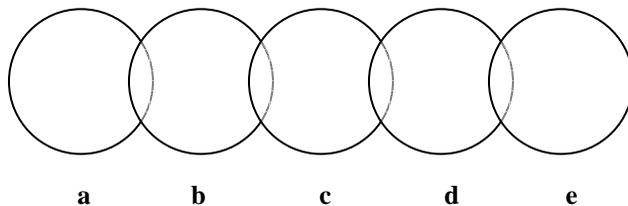
Ao abandonar a idéia central de protótipo, naturalmente, também se deve abandonar a idéia de que as categorias se estruturam a partir do grau de semelhança dos seus elementos com o exemplar prototípico. Esse é um dos princípios básicos da versão padrão. Deve-se abandonar, também, a tese de que as fronteiras das categorias são difusas e, mais, a que equipara grau de representatividade de um exemplar ao grau de pertinência à categoria.

O que fica da versão padrão é muito pouco: o protótipo se

converte agora em *efeitos prototípicos* e a noção de *semelhança de família*, em elemento que vincula os membros de uma mesma categoria. A mudança, como se pode ver, é radical e explica a sobrevivência do modelo padrão como alternativa. O que foi produzido, mais que uma revisão dos postulados básicos, é uma mudança ou inversão na orientação. Se, antes, era a noção de protótipo, que se situava no centro da categoria e servia para estabelecer as distâncias (graus) dos membros dessa categoria, agora o que se busca é outra coisa muito distinta: a distribuição da categoria que justifique o efeito prototípico. Ainda que, à primeira vista, isso possa parecer sutil, é uma mudança profunda, que afeta a consideração dos fenômenos e a forma de analisá-los. Inverte-se a relação causal: o protótipo deixa de ser causa para ser efeito.

O elemento que passa a ter um papel decisivo na versão revisada é o conceito de *semelhança de família* (Wittgenstein). Este conceito sugere que os elementos se vinculam de forma lateral e não central, nas categorias. Ou seja, os elementos não se agrupam ao redor de uma característica comum a todos eles, mas sim, um a um. Isso implica em cadeias, nas quais o primeiro e o último dos componentes, aparentemente, não compartilham nada. Sua vinculação só é compreensível, levando-se em conta toda a cadeia. Assim, uma organização centralizada da categoria, que tem o protótipo como centro, passa a ser substituída por uma organização colateral dos elementos:

Esquema de T. Givon (1986)



Kleiber assinala que a aproximação entre a Teoria do Protótipo e a *semelhança de família* conduz a uma versão ampliada do protótipo, muito mais poderosa, por estar livre da necessidade dos traços comuns em relação ao protótipo.

A liberdade de movimentos explicativos, permitidos pela nova formulação é muito grande. O resultado mais espetacular é a passagem de uma concepção monorreferencial das categorias a uma concepção multirreferencial. Dessa forma, a categoria *pássaro* sempre estaria integrada por *elementos-pássaros*. Com o novo desenvolvimento, essa limitação se rompe. Kleiber assinala que se pode considerar esta versão como polissêmica frente à padrão, que seria monossêmica. Os elementos vinculadores dos membros das categorias, que agora se estabelecem, não correspondem mais a propriedades, como nos esquemas do modelo da CNS e da versão padrão, mas sim, a tipos de referentes, empregos ou usos diferentes, visto se pretender destacar que a mesma palavra é empregada para tipos de referentes diferentes.

Como exemplo dos novos campos de ação e explicação, abertos pela mudança de orientação para o terreno polissêmico, Kleiber recolhe o exemplo utilizado por Lakoff (1986 e 1987) sobre o *dyrbal* dos aborígenes australianos. O termo *bayi*, em *dyrbal*, agrupa:

Os homens (machos), os cangurus, os morcegos, a maior parte das serpentes, a maior parte dos peixes, alguns pássaros, a maior parte dos insetos, a lua, as tempestades, o arco-íris, os bumeranges, algumas javalinas etc. (KLEIBER, 1995:156-157)

Nem o modelo clássico das CNS, nem a versão padrão dos protótipos podem dar conta deste conjunto multirreferencial de elementos, ou seja, seriam incapazes de explicar por que tantos elementos estão vinculados a um mesmo termo: *bayi*. Por poder abandonar a noção de propriedades compartilhadas (dos elementos) e, graças ao encadeamento das *semelhanças de família*, a versão ampliada pode manejar referentes tão diferentes:

Lakoff considera que este agrupamento não é arbitrário. Cada membro está relacionado, ao menos, com outro, mediante uma propriedade comum. Se a lua, por exemplo, está na categoria de *bayi* é porque compartilha um traço comum com os homens; nos mitos, aparece como o marido, enquanto o sol é a esposa (...) a presença dos aparelhos de pesca em *bayi* se explica por sua relação associativa com os peixes, pois formam parte do mesmo âmbito de experiência que os peixes. A categoria complexa *bayi* se encontra, desta maneira, estruturada por uma série de encadeamentos que parte dos membros primários (ou centrais), neste caso, os homens e os animais estão unidos a outros membros que, por sua vez, se unem a outros e assim sucessivamente. (KLEIBER, 1995:157)

A versão ampliada leva a uma vinculação do protótipo (efeito) com processos metonímicos, algo também novo, que se faz evidente no exemplo *bayi*. Lakoff (1986, 1987), por exemplo, distingue sete tipos diferentes de protótipos, correspondentes a uma metonímia categorial diferente: exemplares típicos, estereótipos sociais, ideais, comparações, geradores, sub-modelos e exemplares prioritários.

O estado em que ocorre a noção de protótipo na nova versão pode ser assim resumido:

- a) O protótipo se reduziu a um fenômeno de superfície;
- b) O protótipo toma diferentes formas, de acordo com o modelo da categoria que a cria, daí a denominação de *efeitos prototípicos*;
- c) Sua extensão, no campo da polissemia, através da noção de *semelhança de família*, favorece o surgimento de uma flexibilidade que lhe priva do elemento definidor essencial da versão padrão, o protótipo. Ainda que apenas seja considerado como efeito, já não é, obrigatoriamente, o exemplar reconhecido como o mais idôneo pelos indivíduos.

Na verdade, a versão ampliada não estabelece uma teoria de categorização, mas sim, uma teoria semântica lexical, pois passa a descrever relações que são estabelecidas entre diferentes categorias. Como se estabeleceu que a vinculação entre as diferentes categorias não pode ser arbitrária, nem tampouco predizível, fez-se necessário um novo tipo de relação vinculadora, que Lakoff criou, ao tratar de *motivação*, uma solução intermediária. O fato de a Teoria dos Protótipos ter entrado no terreno da polissemia é motivo de muita divergência, mas, com toda a segurança, nenhuma das duas versões pode se converter na solução para a semântica lexical.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lição que qualquer teoria semântica deve extrair disso tudo é que há a necessidade de se dar conta das manifestações cognitivas do protótipo, especialmente, de suas manifestações lingüísticas na compreensão dos textos e na utilização dos termos. Na versão padrão, houve um ganho importante: o estabelecimento de uma dimensão vertical das categorias, pois a consideração de um *nível de base*, privilegiado dentro da categoria *remodela a paisagem da hierarquia léxica* (Kleiber, 1995). No caso da versão ampliada, ainda que se negue o seu caráter polissêmico, suas relações cognitivas se relacionam aos diferentes sentidos de um termo polissêmico. Faz-se importante não se fazer da polissemia um fenômeno marginal, mas sim, ver nisso, um processo de denominação regular, econômica, natural, característica das línguas humanas.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan, PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William. *The Evolution of Grammar Tense. Aspect and Modality in the Languages of the Word*. Chicago : The University of Chicago Press, 1994.

COLEMAN, Linda & KAY, Paul. Prototype semantics the English word lie. *Language* 57, p. 26-44, 1981.

GEERAERTS, Dirk. *Diacronic Prototype semantics. A contribution to historical lexicology*. Oxford : Oxford University Press, 1997.

GIVÓN, Talmy. *Funcionalism and Grammar*. Amsterdam : John Benjamins, 1995.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Urique & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language* 56, p. 251-299, 1980.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth Cross. *Grammaticalization*. Cambridge : Cambridge University Press, 1993.

KLEIBER, Georges. *La Sémantique du Prototypé. Catégories et*

- sens Lexical*. Paris : Press Universities de France, 1990.
- KLEIBER, Georges. *La Semántica de los Prototipos: Categoría y sentido léxico*. Madrid :Visor, 1995.
- LAKOFF, George The contemporary theory of metaphor. In *Ortony* (ed.), p. 202-251, 1993.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol I e II. Theoretical Prerequisites. Stanford. California : Standford University Press, 1987 e 1991.
- LANGACKER, Ronald W. *Concept, Image and Symbol. The cognitive Basis of Grammar*, “Cognitive Linguistics Research”. In.: Berlin/New Yourk : Mouton de Gruyter, 1990.
- ROSCH, Eleanor & LLOYD, Barbara B. (eds.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates, 1978.
- TALMY, Leonard. *The windowing of attention in language*. In: M. Shibatani & S. Thompson (orgs). *Grammatical Constructions: Their Form and Meaning*. Oxford : Oxford University Press, 1996.
- TAYLOR, John R.. *Linguistic Categorization: Prototypes in linguistic Theory*. 2nd ed. (aumentada). Oxford : Clarendon Press (1st ed., 1989), 1995.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford : Basil Blachwell, 1953.